

Bônus é uma saída para pagar juros

O governo encontrou uma forma de conciliar o pagamento dos juros atrasados da dívida externa, exigido pelos bancos credores, com os princípios básicos da proposta brasileira de respeitar a capacidade de pagamento do país. De acordo com funcionários do Ministério da Economia, a idéia é pagar uma parte dos juros atrasados, ainda este ano, com recursos das reservas, e capitalizar o restante através do lançamento de um bônus especial só para os atrasados. Esses papéis teriam prazos de resgate inferiores aos propostos para o global dos débitos brasileiros, de US\$ 60 bilhões, fixados em 15, 25 e 45 anos. O negociador oficial da dívida, embaixador Jório Dauster, apesar de não entrar em detalhes sobre proposta brasileira, admitiu que "os bancos já aceitam receber parte dos atrasados em bônus e parte em dinheiro", o que ele considerou como um avanço.

Os bônus especiais para pagamento dos atrasados, de acordo com a proposta em estudo, seriam desvinculados da capitalização global da dívida, co-

mo estava previsto na proposta original, e teriam um tratamento diferenciado. As taxas de juros sobre estes papéis, por exemplo, seriam flutuantes, e negociadas uma vez por ano, enquanto a dos outros bônus é fixa. A proposta de lançamento de um bônus especial para os atrasados foi apresentada pelos próprios credores, que consideraram muito longo o prazo de 15 anos para pagamento desses débitos. Os credores propuseram ainda, durante a negociação da semana passada, em Nova York, que o Brasil pagasse 33% dos juros atrasados em dinheiro, o que daria exatamente US\$ 2,47 bilhões.

O embaixador Jório Dauster disse, no entanto, que este pagamento reivindicado pelos bancos é muito alto e está acima da capacidade de pagamento do país. Segundo ele, o Brasil tem que manter um nível de reservas satisfatório para se precaver contra o agravamento da crise do Golfo Pérsico. Funcionários do governo informaram que, nas duas reuniões de ontem da ministra Zélia Cardoso de Mello com os negociadores da dívida, chegou-se a discutir um pagamento em torno de US\$ 1,5 bilhão ainda este ano. Esse patamar, de acordo com funcionários do governo, não deixaria o país a descoberto em suas reservas internacionais, que hoje somam US\$ 8,6 bilhões. Qualquer pagamento, porém, só será efetuado caso as negociações estejam bem encaminhadas.

A contraproposta brasileira, esboçada pelos negociadores da dívida e a ministra, terá que ser discutida ainda com o presidente Collor, após o seu retorno do Japão, na próxima quinta-feira, que lhe concederá ou não o seu aval. Por essa razão, o embaixador Dauster telefonou ontem mesmo para o comitê assessor dos bancos credores, transferindo para a próxima segunda-feira a reunião que deveria ser ocorrer hoje, para retomada das negociações. Mesmo concordando em pagar parte dos juros em dinheiro e outra em bônus com prazos mais curtos, o governo brasileiro deixará claro aos credores, segundo revelaram informantes do Ministério da Economia, que o país não abrirá mão de seu conceito de capacidade de pagamento. Por essa razão, para pagar uma parcela maior de juros atrasados nos próximos anos, o país efetuará um pagamento menor da parcela global dos débitos.

Isso significa que os limites anuais de pagamento da dívida apresentados aos credores serão mantidos. O Brasil só aumentará a remessa de recursos ao exterior para pagamento de dívida, caso receba financiamento externo ou tenha um superávit maior em suas contas. Os técnicos do Banco Central e do Ministério da Economia passarão os próximos dois dias refazendo os números da proposta brasileira, para encaixar o pagamento maior dos juros atrasados.